

CLIQUE AQUI E ASSINE[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)**TENDÊNCIAS/DEBATES****Ações afirmativas e avanços sociais****MARIE-PIERRE POIRIER**

A persistência das desigualdades de raça e etnia impede a plena realização da democracia e o progresso do país

NO DECORRER das quatro últimas décadas, o Brasil tornou-se uma das maiores economias do mundo. Com o crescimento econômico caiu o analfabetismo, a população tornou-se predominantemente urbana e o sistema de ensino superior passou por uma grande expansão. De forma geral, as desigualdades diminuíram, como resultado de novas políticas salariais e da criação de políticas universais de transferência de renda, aliadas à expansão industrial do país.

Apesar desses avanços, as disparidades raciais persistem, e em alguns aspectos aumentam. De acordo com análises do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, baseadas nas PNADs de 2001 a 2007, há reduções nas taxas de analfabetismo de mulheres e homens negros e brancos e aumento na média de anos de estudo.

No entanto, as distâncias entre os indicadores dos distintos grupos permanecem, revelando a manutenção das desigualdades raciais.

A desigualdade na educação superior é evidenciada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2008, 20,8% de estudantes brancos de 18 a 25 anos estavam matriculados no ensino superior, enquanto os negros eram apenas 7,7%.

E, entre as pessoas com mais de 25 anos, 14,3% dos brancos, comparados com 4,7% dos negros, tinham concluído o curso superior. Em 2009, o Centro Indígena de Estudos e Pesquisas mostrou que 20% dos cerca de 6.000 estudantes universitários indígenas não concluem seus estudos, o que implica acompanhamento sistemático e medidas de permanência para conter os fatores de evasão.

A persistência das desigualdades de raça e etnia, especialmente no tocante ao ensino superior e, conseqüentemente, ao acesso às melhores posições e salários do mercado de trabalho, impede a plena realização da democracia e o progresso do país em direção aos seus objetivos de desenvolvimento. Com quase metade da sua população com restrições de acesso à oportunidades equitativas para a ampliação de suas potencialidades, todo o processo de desenvolvimento do país fica prejudicado.

As ações afirmativas são aplicadas por países no mundo inteiro. A África do Sul valeu-se de políticas específicas para diminuir o

distanciamento socioeconômico entre negros e brancos após o fim do apartheid. Na Índia, as ações afirmativas foram fundamentais para enfrentar o sistema de castas, na Austrália promoveram a inclusão dos aborígenes e, na Nova Zelândia, dos maoris. Dos Estados Unidos vêm dados animadores: salto de 5,4% de negros formados em universidades e escolas profissionais para 15,5%, entre 1960 e 1990.

O Brasil é signatário de todas as declarações, tratados e acordos internacionais consensuados globalmente para a proteção e promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento.

Isso inclui aqueles que versam sobre o combate às desigualdades, desde os mais gerais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), até os mais específicos, como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1966).

Nessas seis últimas décadas, a maioria dos instrumentos internacionais firmados e ratificados pelo Brasil apresentam as ações afirmativas como estratégias reconhecidas e recomendadas pela ONU para a promoção da igualdade e o combate à discriminação e delineiam as bases conceituais para que as ações positivas de Estado promovam a igualdade.

O Brasil vem se destacando pelos avanços na implementação das recomendações da 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância (2001). As iniciativas na política educacional, como a reserva de vagas para afrodescendentes e indígenas em universidades públicas ou privadas, se alinham à agenda positiva de redução das desigualdades e ampliação das oportunidades educacionais para membros de grupos historicamente discriminados e marginalizados.

No país, o Marco Geral de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento insere a redução das desigualdades de gênero e raça entre seus cinco temas relevantes. Por isso, a ONU no Brasil reafirma o seu total apoio ao Estado brasileiro e à sociedade civil na aceleração do processo de desenvolvimento nacional por meio da efetivação dos compromissos internacionais assumidos pelo país.

MARIE-PIERRE POIRIER, graduada em relações internacionais pela Sorbonne e mestre em economia pela Universidade de Paris 2, é coordenadora-residente interina do Sistema das Nações Unidas no Brasil e representante do Unicef no Brasil.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Texto Anterior: [TENDÊNCIAS/DEBATES](#)

[Luiz Soares Vieira: Lições de Páscoa](#)

Próximo Texto: [Painel do Leitor](#)

[Índice](#)